

A formação dos Comitês Populares Democráticos nas favelas cariocas em busca da efetivação de direitos a partir da influência do Partido Comunista Brasileiro.

Aluna: Márcia Bastos de Araújo

Orientador: Rafael Soares Gonçalves

Introdução

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, contando com a orientação do Professor Rafael Soares Gonçalves, e tem por objetivo analisar a formação dos Comitês Populares Democráticos no período de (1945 – 1947), correlacionando sua existência a necessidade de eminente organização da classe trabalhadora em busca de melhorias, de acordo com a realidade de militância de cada comitê, a partir da influência do Partido Comunista Brasileiro. Tendo como enfoque maior, a formação destes órgãos nos espaços das favelas, tendo em vista o contexto atual da época.

Ao analisar a formação dos Comitês Populares Democráticos¹, nas favelas cariocas como órgãos que reivindicavam condições mínimas de infraestrutura, garantia do sistema educacional, de saúde entre outros. Foi possível perceber questões para além de uma estratégia do Partido Comunista de propagar seus ideais de luta contra o processo desigual presente em uma sociedade dividida em classes, ou seja, apesar da forte presença dos ideais comunistas presentes nestes órgãos, não se pode deixar de destacar o processo histórico de formação das favelas no Rio de Janeiro, que vem justificando até os dias de hoje a necessidade de mobilização política por parte de seus moradores.

Como parte da cidade, as favelas se tornaram muitas vezes o cenário onde ficavam mais visíveis processos que diziam respeito a todo Rio de Janeiro, e ao país: grilagens de terras, especulação imobiliária, violência policial, migração rural-urbano, insuficiência de políticas habitacionais para a população pobre, desigualdades estruturais e etc. (Bittencourt, 2012: 9).

Tendo vista a posição da favela e de seus moradores na história, faz-se necessário destacar de forma geral o processo histórico das mobilizações políticas dos

¹A denominação dos Comitês Populares Democráticos foi lançada oficialmente em 23/05/1945. (Cf. PRESTES, s/d: pp. 90 -92)

favelados, com o objetivo de indicar a existência de movimentos já em meados dos anos de 1930, que possuíam o mesmo caráter de luta que os Comitês Populares Democráticos apresentaram anos antes do aparecimento dos mesmos.

Além disso, é fundamental destacar a conjuntura política da época no que diz respeito ao Partido Comunista, desde sua atuação pragmática, com apoio à Vargas na garantia da permanência da legalidade do partido, até a ilegalidade em 1947, assumindo uma postura de ruptura radical do modelo político e econômico vigente.

O surgimento das favelas na cidade “Maravilhosa”

Diversos autores já salientaram que as primeiras favelas surgiram no Rio de Janeiro, após a guerra de Canudos, mas que sua existência se torna mais evidente dentro do contexto da cidade, a partir da expansão do processo de industrialização e urbanização.

A favela aparece dentro do contexto da cidade do Rio de Janeiro como única alternativa de seus moradores permanecerem próximos às áreas centrais no início do século XX. Muitos foram os motivos que contribuíram para essa transformação do espaço da cidade, através da formação da favela, como possibilidade de moradia, tendo como exemplo a destruição de diversos cortiços pelo Prefeito Barata Ribeiro, em 1893, incluindo um dos mais conhecidos chamado “Cabeça de Porco” no século XIX. Posteriormente, o prefeito do Rio da época, Pereira Passos (1902 -1906), erradicou mais uma série de habitações populares, utilizando como objetivo para suas ações, o de civilizar e sanear a cidade, através de uma reforma urbana.

E mesmo de maneira não intencional, a favela se torna marca da então capital federal, diante da tentativa eminente e corriqueira de sucumbir com a realidade da favela no Rio de Janeiro.

A favela surge da necessidade de onde e de como morar. Se não é possível comprar casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução. Para alguns essa solução é a favela. A favela é produto da conjugação de vários processos, da expropriação dos pequenos proprietários rurais e da superexploração da força de trabalho no campo, que conduz a sucessivas migrações rural-urbana e também urbana- urbana, principalmente de pequenas e médias para as grandes cidades. (Rodrigues, 1998: 36)

Estas iniciativas justificadas também pela questão da ilegalidade na favela, tendo em vista que os moradores se tornam sujeitos de uma ocupação juridicamente irregular, pois não são os proprietários de terra legítimos, fomentaram o crescimento da população pobre, e logo se tornou impossível negar a existência da favela, e de suas carências,

tendo em vista que eram áreas sem arruamentos, sem plano urbano, sem água, sem luz, e com irregularidades nas habitações construídas. No entanto é válido destacar a legitimidade que o poder público promove a estas ocupações na medida em que não existe uma política de urbanização que garanta o direito de moradia a toda a população.

Na década de 50, reconhecida como “problema”, as favelas passam a sofrer com os mais variados estigmas atribuídos ao espaço de moradia da população pobre da cidade, e que, além disso, esta apropriação equivocada se tornava presente no cenário político da época, o que justificou a falta de serviços coletivos no âmbito das políticas públicas por muito tempo.

Estes estigmas se materializavam das mais diversas formas possíveis. Pode-se citar como exemplo a compreensão que se tinha a respeito da marginalidade e violência, atribuídas à existência da favela tendo como proposta de enfrentamento e solução deste problema a erradicação das favelas, pois acabando com as favelas, acabariam os marginais. Quando a proposta não era de erradicação, era a de usar a favela como benefício eleitoral, pois a mesma também era conhecida como lugar de se conseguir “votos”. Além disso, algumas personalidades da época acreditavam que a favela era uma forma dos moradores se integrar ao meio urbano, pois a favela era o resultado do processo de migração dos moradores favelados que viviam desta forma, porque criaram um lugar que lembrasse sua vida no campo, e que por isso era preciso uma espécie de treinamento para que essa parcela da população pudesse aprender a lidar com os serviços urbanos, a fim de serem incorporados ao mercado de trabalho e à cidade.

Com o passar dos anos, as favelas deixam de ser compreendidas como um fenômeno transitório, onde a erradicação é considerada um fator natural e aceitável para se pensar em um bom desenvolvimento para a cidade, e passam a ser consideradas como assentamentos “subnormais” na década de 1960 e 1970 (Delecave, 2013: 266). O estado, por sua vez, se torna adepto às remoções como política urbana oficial, transferindo a população para conjuntos habitacionais localizados em regiões periféricas. Logo foi percebida a ineficácia dessas políticas de urbanização como única medida de proposta de reforma urbana.

O tempo não tem sido o suficiente para que os gestores da cidade entendam a favela como um fenômeno urbano, associado diretamente aos processos de segregação sócio-espacial, de desigualdade gerada pela ausência de mecanismos de redistribuição

de riqueza e de políticas habitacionais, que permitam a acessibilidade do direito a moradia para as camadas mais pobres da sociedade. Diante disso, é que a favela se torna espaço de luta incansável em busca de melhorias e legitimidade para os seus espaços de moradia, contando com a capacidade de organização de seus moradores, utilizando de uma criatividade cultural e política.

Mobilização Política “A organização dos favelados”

É possível identificar, já nos anos de 1930, o início do processo de mobilização de moradores de favelas no Rio de Janeiro, com a formação de comissões de moradores, que reivindicavam o direito de permanência em suas moradias, mas este aspecto não era o único fator motivador de luta: uma série de outras questões eram levantadas pelos moradores, pois a “onda” da medida de remoção alcançava várias áreas da vida do morador da favela, como, por exemplo, local de trabalho, laços de vizinhança, inviolabilidade do lar, além das questões de infraestrutura como escolas, saúde, acesso a água, luz elétrica e as obras de saneamento básico e etc.

A iniciativa dos moradores do morro de Santo Antônio, localizada no centro do Rio que organizaram a formulação de um abaixo-assinado enviado a Getúlio Vargas, com o nome de 73 moradores acompanhados de seus dependentes, mostram aproximadamente um total de 300 moradores ameaçados de despejo². O abaixo assinado se concebia na tentativa de evitar uma ordem de despejo coletiva e esta realidade mostra que a situação de mobilização política nas favelas não é algo recente.

Nós abaixo assinados moradores no morro Santo Antônio intimados que fomos desocupar imediatamente os barracões onde nos é dado habitar há muito tempo na proporção dos nossos meios [ilegível] pelo presente solicitar ao espírito lúcido de V. Excia. não passar a desperceber nossa dificuldade. Desalojados repentinamente como vamos ser por ordem ao que nos consta neste da saúde pública para onde iremos? Na época difícil que ora atravessamos neste século reivindicações sociais nossa voz é muda ou melhor branda porque sempre confiamos plenamente na bondade de V. Excia. Solicitamos, pois a interferência de V. Excia. no sentido de permitirem nossa permanência em nossos lares.²

Os moradores da favela Santo Antônio alegavam que a carta dizia a respeito somente da realidade dos mesmos, no entanto este mesmo mecanismo de reivindicação³ foi utilizado por moradores de outras favelas do Rio de Janeiro, que tinham

² Abaixo assinado de moradores do Morro de Santo Antônio, 07/08/1930. Arquivo Nacional. Fundo da Secretariada Presidência da República. Caixa 33.

³ Cerca de uma dezena de cartas de moradores de favelas enviadas a Vargas estão preservadas no Arquivo Nacional e no Arquivo Geral da cidade (saúde e assistência)

necessidades em comum, motivadas por uma vida à margem da legalidade e da cidadania urbana.

Dois anos depois, em 1936,⁴ uma comissão foi formada pelos moradores da mangueira, que se mobilizavam contra os grileiros. Um documento do Arquivo Nacional mostra que os moradores enviaram um telegrama ao Palácio do Catete com o objetivo de relatar a continuidade das ações dos grileiros que disputavam o terreno da favela. (Bittencourt, 2012: 6)

Muitas foram, e são as experiências de mobilização dos moradores de favelas do Rio de Janeiro. Esse quantitativo de lutas sociais é decorrente das constantes ameaças de eliminação física que estes espaços enfrentam, diante da concepção de que a favela é uma constante ameaça política, à beleza, à saúde, à ordem urbana e à segurança pública. No entanto, a consciência de um sistema cruel, excludente e de violência possibilita o empoderamento desses sujeitos, transformando posicionamento e percepções individuais em expressões de luta, e de conquistas coletivas, através de diversos mecanismos, organizações e articulações de enfrentamento como comitês, comissões, reuniões, e etc.

As favelas são, para a população, uma estratégia de sobrevivência. Uma saída, uma iniciativa, que levanta barracos de um dia pro outro, contra uma ordem desumana, segregadora. Uma iniciativa que desmistifica o mito da apatia do povo: é apático o indivíduo que luta para sua sobrevivência, que busca resgatar sua cidadania usurpada? (Rodrigues, 1998: 40)

Aproveitando o enredo de consciência de desigualdade por parte dos moradores das favelas, fomentando, assim, o desejo por mudança, se faz importante destacara importância da trajetória da esquerda brasileira, na história do Brasil republicano que disponibilizou nas suas formas de compreensão da realidade, noções de cidadania que se tornaram elos da relação da esquerda, mas precisamente do Partido Comunista Brasileiro com os movimentos sociais.

⁴Telegrama dos Moradores da Mangueira a Vargas, janeiro de 1936. Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República/Ministério da Fazenda. Caixa 36.

Partido Comunista e o Pós-guerra

A contextualização do período pós-guerra (1945-1947) se faz necessário para melhor compreensão da atuação do Partido Comunista Brasileiro⁵(PCB), junto à classe trabalhadora, mas precisamente através dos Comitês Populares Democráticos, na medida em que esta contextualização apresenta e possibilita a capacidade de avaliação da presença e influência marcante, dos comunistas no meio operário e também da realidade no âmbito social, em que os mesmos se encontravam inseridos.

O clima de democracia era algo presente em diversas partes do mundo em 1945, e no Brasil não estava sendo diferente. Este sentimento emblemático pairava sobre a realidade de diversos povos, em decorrência da derrota das potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) na Segunda guerra mundial (1939 – 1945).

Diante deste acontecimento, é impossível negar o impacto eminente sob a derrota nazista nas atuais conjunturas políticas do Brasil. Neste momento, a instabilidade toma forma e afeta o regime do Estado Novo, através da mudança na correlação das forças militares e políticas dentro do contexto do cenário internacional, após a vitória do Exército soviético em Stalingrado, tornando eminente a opinião pública contra a ideologia fascista: “De Stalingrado em diante, todo mundo sabia que a derrota da Alemanha era só uma questão de tempo.” (Hobsbawm, 1999: 47).

Procurando estar à frente de seus adversários, Vargas promove uma série de propostas liberalizantes, através de uma revisão constitucional, convocações de eleições para o fim do ano de 1945, abolição da censura à imprensa, anistia aos presos políticos, reconhecimento dos partidos políticos, legalização do PCB e estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, logicamente contando com sua própria liderança.

Derrubado em 1945, Vargas buscou alternativas para promover uma saída digna do regime, no entanto, com o objetivo de permanecer no poder. O exemplo mais nítido desta alternativa de Vargas foi o movimento de massa “queremismo”, que exigia a manutenção de Vargas à frente do governo. “Getúlio Vargas, procurou reorganizar suas bases de sustentação, aproximando-se das classes trabalhadoras na tentativa de sobreviver o ocaso do regime” (Corsi, 2000: 274).

⁵O PCB recebeu inicialmente o nome de Partido Comunista, Seção Brasileiro da Internacional Comunista, passando pouco tempo depois a ser chamado de Partido Comunista do Brasil e só vinha a adotar a denominação de Partido Comunista Brasileiro em 1961.

Apesar da desarticulação do Estado Novo, não se pode negar o crescente prestígio de Vargas, dentro do contexto político do processo tenso e complexo de transição democrática. O fim do regime do Estado Novo ocasionou a deposição do atual presidente Getúlio Vargas, no entanto o mesmo conseguiu influenciar o processo eleitoral elegendo seu sucessor o General Dutra, derrotando assim a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes.

Neste contexto, é que o PCB se articulou dentro dessas mudanças conjunturais existentes no cenário político brasileiro e internacional. É interessante perceber que os diversos desdobramentos vivenciados pelo partido na busca de permanecer com sua existência em decorrência das mudanças do processo político brasileiro. Um exemplo disso se deu a partir da experiência de 1935 do PCB, em que os comunistas brasileiros buscaram realizar uma revolta contra o poder estabelecido por Vargas, mas que em 1938, menos de três anos depois, um paradoxo se estabelece com a apropriação da política de “União Nacional” em que os comunistas estabelecem uma aliança com o presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de alcançar a vitória contra o fascismo ocasionando, assim, a tão aclamada democracia.

Essa orientação adotada pelos comunistas brasileiros, com o passar do tempo ganhou mais visibilidade. No primeiro momento, essa política de União Nacional preconizava a luta contra o nazismo, posteriormente esta mesma política de unidade nacional, após o término da guerra, tornou-se um instrumento, que, apesar da sua necessidade de aperfeiçoamento, concebia-se neste momento como ideia central para alcançar a democratização completa no Brasil.

A vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial seria acompanhada, no Brasil, pelo processo de abertura, ou melhor, de descaracterização e desarticulação do Estado Novo. Quando Getúlio Vargas foi derrubado pelo golpe militar de 29/10/1945, o Estado Novo praticamente já não existia dado às transformações por que vinha passando – fim do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e da censura, libertação dos presos políticos, convocação de eleições para a Assembleia Constituinte, e livre organização dos partidos, inclusive do PCB, rearticulação do movimento operário, etc., ou seja, “a ruptura na prática de toda legislação reacionária que vinha a tantos anos tolhendo as mais elementares liberdades civis.” (Prestes, 2001, 82)

Até o momento, o Partido se encontrava na legalidade, no entanto essa permanência legal foi árdua, contanto com erros dos próprios comunistas brasileiros, mas que acarretaram em uma luta extremamente desigual com as classes econômicas e socialmente dominantes do país. Mesmo assim, foi possível identificar um projeto de

educação política das massas, em que o Partido esteve presente fortalecendo a consciência de mobilização e organização do proletariado.

O PCB retorna à ilegalidade em 1947, sendo cassados os congressistas que constituam a bancada comunista, composta por Luiz Carlos Prestes e 14 deputados eleitos entre os anos de 1945 e 1947, além dos vereadores, no período da legalidade, na constante defesa permanente da democracia e dos direitos democráticos.

A partir deste momento, os comunistas brasileiros reavaliaram seu posicionamento político e romperam com a perspectiva de superação pacífica do capitalismo, dedicando-se especificamente à causa da revolução, que se concebia neste momento para os comunistas em uma ruptura radical: “Essa via está presente nos manifestos de janeiro de 1948 e agosto 1950, sendo confirmada pelo IV Congresso realizado em 1954.”⁶

Contanto, com as possibilidades de atuação bastante reduzida, os militantes comunistas continuaram ativos, utilizando de órgãos que funcionassem legalmente e que dessem o cumprimento às suas palavras de luta, como demonstrado nos registros dos arquivos da repressão.

A atuação dos Comitês Populares Democráticos nas favelas cariocas.

Os Comitês Populares Democráticos aparecem como forma de organização da classe trabalhadora, em torno da liderança do Partido Comunista Brasileiro, que participava ativamente nas lutas por conquistas de direitos sociais, civis e políticos dos trabalhadores e outros setores populares.

A nossa luta pela democracia difere da luta de certos “democratas” que veem a democracia como algo estático, separada da realidade viva e diária, isolada dos homens e de seus problemas imediatos. A nossa luta pela democracia está intimamente ligada à luta dos trabalhadores e do povo por melhores condições de vida. (A Classe Operária, 08/06/1946)

A organização dos Comitês Populares Democráticos se fragmentava a partir de dois segmentos, os daqueles que se envolviam na luta mediante aos problemas dos bairros, e daqueles que se envolviam com os comitês profissionais, embasados nas necessidades de cada categoria específica, que, além disso, tinham um papel fundamental de atuação nos sindicatos.

⁶ GONÇALVES, Rafael Soares. AMOROSO, Mauro. *A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro. Um breve olhar histórico.* Pág.3

É válido destacar que existiam outros critérios para a existência desses comitês que não estavam diretamente ligados à moradia e questões profissionais. Entre alguns exemplos está o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, e o Comitê Democrático dos Evangélicos, assim como as Uniões Femininas.

Outra orientação importante para destacar o elo direto do Partido Comunista com estas organizações é a relevância que estes comitês tinham na luta do partido, tendo em vista a intenção de tornar hegemônico o movimento operário, que se fortalecia com a presença destes comitês em diversas áreas.

Criado oficialmente em 30 de abril de 1945, no Teatro João Caetano, na cidade do Rio de Janeiro, os Comitês Democráticos eram as organizações de base do Movimento Unificador dos Trabalhadores⁷ (MUT) com o objetivo de atuar nos sindicatos.

Em um aspecto mais geral, pode-se destacar que os comitês tiveram uma participação relevante no alargamento das atividades do campo sindical por diferentes segmentos da sociedade. Um dos fatores que contribuíram para a maior presença da população nas atividades sindicais foi a implementação de cursos de alfabetização de adultos, que favoreceu não somente a elevação cultural das massas, mas a sua inserção na vida política e eleitoral do país.

Com um caráter de manifestação a favor das reivindicações do povo, as organizações destes comitês nos bairros não poderiam ser anuladas ou até mesmo esquecidas, diante da importância histórica que esse movimento agrega à participação popular. Sendo assim, faz-se necessário entender como se deu o processo de organização dos comitês nos bairros.

Inicialmente, caberia a uma pessoa, ou mais criar uma comissão provisória a partir do grupo de pessoas interessadas para dar prosseguimento à estrutura definitiva do comitê. Existia um documento, que padronizava esta organização formulada pelo PCB, que previa a composição da comissão provisória a partir de um presidente, um secretário e tesoureiro, que favorecia a concretização de um trabalho organizado. A primeira tarefa, após a formação da comissão, constituía-se através da organização de um plano de reivindicações locais, na arrecadação de recursos para os primeiros gastos com a impressão dos boletins, convites, telefonemas, transporte e etc. A intenção era de expandir a concepção do grupo, para o âmbito popular com acesso de todos.

⁷O Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) era uma organização intersindical dos trabalhadores que buscava reunir e organizar os dirigentes sindicais e estimular a sindicalização dos trabalhadores, a fim de fortalecer a tão almejada unidade operária, defendida historicamente pelos comunistas. (Pinheiro, 2007:57)

Sendo assim, a fundação do comitê tomava forma a partir de reuniões com os moradores dos bairros, que representavam legitimamente todas as camadas sociais dos bairros, a fim de discutir a formação de um plano de reivindicações realizáveis e imediatas. As reivindicações estavam sempre norteadas a partir de um senso de responsabilidade e de capacidade concreta por parte do comitê, de efetivar o cumprimento de tal proposta de mudança.

Em linhas gerais, estes pontos deveriam estar sempre incluídos nas pautas das reivindicações, como calçamento, manutenção de praças e jardins, oferta de serviços públicos, como iluminação, saneamento básico, transporte público, assim como também a questões relacionadas à saúde popular, como leitos hospitalares, pronto-socorro, postos de saúde, vigilância sanitária e, enfim, questões referentes à cultura popular, como luta pela eficiência dos estabelecimentos de ensino do bairro, entre outras.

Além dessas reivindicações, as atividades dos comitês populares democráticos deveriam constar em suas pautas, reivindicações relacionadas à defesa de União Nacional, garantia das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, de manutenção da ordem e tranquilidade para a efetivação do regime democrático do país.

E assim se constitua a luta a partir da oportunidade dos setores populares se organizarem em torno da solução dos mais variados problemas associados ao cotidiano de cada realidade presente nos locais de moradia na cidade do Rio de Janeiro. Essas organizações ocuparam diversas posições em praticamente todas as regiões, como, no Centro da cidade, Zona Portuária, Jacarepaguá até o chamado “sertão carioca” região de Santa Cruz e que tinham em comum o empenho da luta pela cidadania e condições mínimas de infraestrutura.

Estes comitês eram considerados pelo próprio PCB o instrumento mais eficiente para mobilizar a sociedade em torno da orientação geral do partido. Portanto, é inegável não pensar a existência desses comitês populares democráticos no contexto dos bairros, e da favela, já que esses espaços eram lugares privilegiados de moradia da classe trabalhadora.

Diante disso, é possível identificar que a característica dos comitês populares democráticos de bairros se estendia para o espaço da favela no que diz respeito ao empenho pela luta, mediando entre as demandas da população local e as instituições públicas. De acordo com pesquisas feitas em acervos estaduais e nacionais, favelas como Vila Vintém, Parque Arará, Morro de Santo Antônio, Morro dos Prazeres, Santa

Tereza e alguns morros da região da Tijuca construíram uma história de lutas através dos comitês populares democráticos.

Muitos dos problemas vivenciados pela população dos morros também eram explicitados pelos comitês nos jornais da época, como a coluna “Vida dos Comitês Populares”, que saía no jornal a Tribuna Popular. Como exemplo, podemos citar o testemunho de Antônio de Souza Filho, 45 anos, morador da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana:

Todo dia a gente vê, daqui, construção de novos edifícios de apartamentos em Copacabana. E o povo fica sem casa para morar. O nosso problema é igual ao de muita gente aqui no morro. Muitas famílias estão como nós, com ameaça de despejo. (Tribuna Popular, 02/08/1946).

O Comitê Democrático da Tijuca também se efetivava nesta luta a partir das comissões de moradores do Morro da Liberdade e Chácara do Vintém. Em um memorial dirigido ao então prefeito do Distrito Federal, Hildebrando de Gois, os moradores falavam sobre as precárias condições que viviam as famílias na localidade.

Não habitamos casas: superlotamos barracões de madeira e lata, que, em geral, nós mesmos construímos com os materiais que podemos arranjar (...). Nos barracões não há espaços nem água, nem luz, nem esgotos e, portanto, podemos dizer sem exagero, não há higiene, nem saúde, nem ar! (Tribuna Popular, 10/08/1946).

Além destes casos, os moradores também contavam com a violência policial, muitos acusados de serem militantes comunistas, e isso ocorria antes mesmo do partido ser considerado ilegal. Um caso interessante que exemplifica esta afirmação se deu a partir do protesto ocasionado pelo grupo de moradores do Comitê Democrático do morro de São Carlos, que em audiência com o prefeito do Distrito Federal protestavam contra a polícia de Pereira Lima por fazer provocações àquela organização da população, constituídas de injúrias, proibições ridículas, ataques ao comitê e ao Partido Comunista. Segundo relato dos moradores, a polícia subia o morro com carregamentos de batatas para distribuir àqueles que estivessem dispostos a receber ordem dos policiais contra o Partido Comunista e ao Comitê.

O Comitê Democrático de Benfica e Alegria também vivenciavam as práticas abusivas dos policiais na favela do Parque Arará, onde existia uma comissão de moradores associadas ao Comitê de Benfica. As denúncias partiam contra a ação policial que cometia violência, derrubando os barracões da população. Além da degradação da localidade, descrita como terreno úmido e imundo, onde a lama podre exalava meu cheiro de madrugada. Um quadro desolador de mulheres pálidas e doentes,

o impudismo imperando, a tuberculose matando e a fome tomando conta dos barracões (Tribuna Popular, 21/07/1946).

As ameaças de despejo era o que existia mais em comum entre os problemas de todas as favelas da cidade, outra experiência com relação a esta mesma questão aconteceu em Parada de Lucas, onde milhares de casas e barracões foram desapropriados por conta de uma construção de um curso novo da Estrada Rio – São Paulo. O Comitê Democrático Progressista de Parada de Lucas enviou um memorial ao prefeito, solicitando o aumento do valor referente às indenizações, tendo em vista que o valor que os mesmos tinham recebido como indenização era considerada insuficiente para a aquisição de novas moradias.

Diversas iniciativas foram empreendidas pelos Comitês inseridos nos bairros e nas favelas engajados na luta pela garantia de direitos, diante da permanência de um Estado sem compromisso com as camadas populares. A cada relato evidenciava-se que os problemas vivenciados nos bairros e nas favelas deveriam ser tratados coletivamente, e não de forma isolada. E diante disso, os comitês assumiam suas propostas de enfrentamento dessas situações de forma coletiva.

Declarações de participantes de alguns comitês:

“O povo do meu subúrbio compreende a necessidade da luta organizada, por isso tem afluído em massa ao Comitê Democrático Progressista (...)”. Feliciano Ribeiro Neto, do Centro Pró-Melhoramento de Cordovil. (Tribuna Popular, 28/09/1946)

“Organizados, havemos de conquistar nossas reivindicações. Posto Médico escolas, limpeza pública, calçamento das ruas, tudo isso depende única exclusivamente de nossa capacidade de organização e de luta”. Delurdes França Batista, do Centro de Vigilância Democrática de Anchieta (Tribuna Popular, 19/10/1946)

Em 1947, com a ilegalidade do Partido Comunista, outras estruturas se constituíram, como os comitês pela Paz, que seriam considerados como os braços legais do PCB. No entanto, não se pode negar que a formação dos Comitês Populares Democráticos, estimulados e influenciados pelo Partido Comunista se tornou o responsável por um processo na história de organização e luta pela permanência na cidade e por conquistas de direitos por parte dos moradores de favelas até os dias atuais.

Justificativa

Rever a trajetória da atuação dos Comitês Populares nas favelas cariocas, dentro do período de 1945-1947, mostra que o processo de luta nestes espaços é histórico e organizado. Sendo assim, a escolha deste tema faz-se importante na medida em que

pode nos auxiliar a compreender a dinâmica social das favelas do Rio de Janeiro, ontem e hoje, a partir de seus processos de mobilização política.

A relevância deste estudo, portanto, se constitui a partir da percepção que estes comitês favoreceram o aparecimento posterior de outras formas de representatividade dentro do contexto da favela, na busca de melhores condições dignas de vida em seus locais de moradia.

Objetivos

O objetivo deste estudo é analisar a história de mobilização política dos moradores das favelas cariocas no período de democratização após o Estado Novo, levantando e analisando a presença de núcleos comunistas nas favelas cariocas.

Objetivos específicos

- Compreender a importância da atuação dos Comitês Populares Democráticos nas favelas, para a perpetuação de novas formas de mobilização política nestes espaços.
- Analisar a influência do Partido Comunista em estruturas como os Comitês Populares Democráticos.
- Estudar as estratégias dessas estruturas para a formação do espaço da favela na cidade do Rio de Janeiro.

Metodologia

O processo de construção da pesquisa é entendido como uma atividade básica da ciência impulsionada pela indignação e até mesmo da construção da realidade. Este estudo exige uma prática teórica, vinculada ao pensamento e ação.

E, portanto, a realização deste trabalho se tornou possível a partir de um denso levantamento bibliográfico que possibilitou a aproximação com o tema estudado, elucidação, contextualização, e embasamento teórico. Além disso, estamos realizando uma longa pesquisa no fundo de polícia política do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Estamos analisando todas as pastas referentes às células comunistas e outras organizações comunistas próximas dos bairros, assim como outras organizações como os Comitês Pró-Paz. Levantamos o número de 664 pastas e já conseguimos analisar o

número de 350. Objetiva-se continuar no próximo ano a análise do fundo de Polícia Política, que por ventura não conseguimos fechar nesse bimestre.

Considerações Finais

Este estudo proporcionou um espaço reflexivo, que permitiu visualizar a realidade das favelas entre 1945-1947 a partir do resgate da história da atuação dos Comitês Populares Democráticos, e identificar a importância da existência desta organização, que marcou o processo histórico de mobilização política nas favelas, tornando o morador protagonista de dinâmica do dia a dia.

Faz-se necessário reconhecer no processo histórico, a formação dos comitês populares democráticos enquanto movimento de organização popular, que, obtendo respostas positivas ou negativas às suas reivindicações, não abandonaram seu caráter de luta por direitos básicos, caráter de reconhecimento cultural e político, associado a sentimentos de solidariedade e de ação coletiva.

Portanto explorar a trajetória destas organizações, mas precisamente nas favelas cariocas, como mecanismo de atuação do Partido Comunista, significa repensar o processo de formação das favelas, das políticas de urbanização através de medidas higienistas, da criminalização da pobreza atribuídos a estes espaços de moradia da cidade do Rio de Janeiro para que seja possível compreender que, assim como os comitês populares existiram na sua função política como Movimento Urbano e Social, como uma forma de resistência a desigualdade e violência, os mesmos também fomentaram o aparecimento e a consolidação de outras organizações, como as associações de moradores. A luta ainda é longa e as favelas e seus moradores continuam existindo como espaço à margem do respeito, do direito, da cidadania, da dignidade e da cidade.

Referências Bibliográficas

BITTECOURT, Daniele Lopes. *“O morro é do povo”*: memórias experiências de mobilização em favelas cariocas. Daniele Lopes Bittencourt. 2012. Orientador: Laura Antunes Maciel.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP, 2000.

DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa social: teoria método e criatividade/Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Mainayo (organizadora)*. 32. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes 2012.

FERREIRA, I e Delgado, Lúcia de A.N (orgs). *O Brasil republicano 3 – O tempo da experiência democrática, Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro – 2010

GONLÇAVES, Rafael Soares. *A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro. Um breve olhar histórico*. Revista Urbana, vol.1, nº1, 2006.

GONÇALVES, Rafael Soares. AMOROSO, Mauro. *Da luta pelos direitos ao reconhecimento como dever: as ações e o legado da União dos Trabalhadores Favelados*.

HOBBSAWM. E. *Estratégias para uma esquerda racional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEITÃO, Gerônimo. DELECAVE, Jonas. *O programa morar carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas*. O social em questão Ano XVI – nº29. 2013 – Grandes Eventos e seus Impactos Sociais.

PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945 – 1947)*. Dissertação em história, UFRJ, 2007.

PRESTES, Anita Leocádia. “A que herança devem os comunistas renunciar?”. In: Oitenta, n. 4. Porto Alegre: LP&M, 1980, PP. 197 -223.

SILVA, Camila Leite. *A formação dos Trabalhadores Favelados (UTF) e a luta para a formação do espaço da Favela na cidade do Rio de Janeiro*.

VALLADARES, Licia Prado. *A invenção da favela: do mito da origem a favela.com* Licia do Prado Valladares – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. (orgs). – 5°. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2006.